

Ofício 118



14/01/2023 12:14  
CMO-001243-LEG 14/01/2023 12:15

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
**SUBSEÇÃO DE URUGUAIANA**

Ofício nº 059/2022

Uruguaiana/RS, 14 de dezembro de 2022.

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 05/2022 – protocolo nº 000674-LEG de 11/08/2022

Prezado Presidente:

A Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Uruguaiana ciente que no dia 15/12/2022 irá à votação em plenário o PLC nº 05/2022 que *“Estabelece a destinação e rateio de honorários de sucumbência em consonância com os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.906/94 e § 19 do artigo 85, da Lei nº 13.105/2015, Código de Processo Civil, nos processos que envolvam a Fazenda Pública Municipal da Administração Direta. Altera o Plano de Carreira dos Procuradores Municipais de Uruguaiana, Lei Municipal nº 4.094/2012 e dá outras providências”*, **vem manifestar o seu total e irrestrito apoio à aprovação do PLC.**

O PLC é uma demanda da OAB local e foi proposto pelo Poder Executivo Municipal para atender o nosso antigo pleito que vem desde 2016 e, que, a partir da alteração do artigo 85, do Código de Processo Civil disciplinou a questão definindo que os honorários de sucumbência pertencem aos advogados sejam eles públicos ou privados.

Os artigos 22 e 23, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) desde sempre garantiram o pagamento dos honorários aos advogados inscritos na OAB, nos seguintes termos:

*Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.*

*Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar*



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
**SUBSEÇÃO DE URUGUAIANA**

---

*a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.*

Posteriormente, o artigo 4º, da Lei nº 9.527/1997 afastou a verba honorária de sucumbência da advocacia pública, ao disciplinar que: *“As disposições constantes do Capítulo V, Título I, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, não se aplicam à Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como às autarquias, às fundações instituídas pelo Poder Público, às empresas públicas e às sociedades de economia mista”.*

Acabando com a discussão a reforma do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) estabeleceu que:

*Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

*§ 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.*

A partir do novo marco legal sucederam-se inúmeras discussões jurídicas no Supremo Tribunal Federal discutindo a constitucionalidade das novas regras estando, hoje, pacificado, que:

- a) Na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3396 foi decidido que o art. 4º, da Lei nº 9.527/97 não alcança os advogados públicos, os quais, no entanto, assim como todos os servidores e empregados públicos em geral, também estão sujeitos ao teto remuneratório do serviço público (CF, art. 37, XI), quanto ao total da sua remuneração (salários mais vantagens e honorários advocatícios), conforme já decidido também nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ADI 6165, 6178, 6181, 6197 e 6053;
- b) O Tema 510, do Supremo Tribunal Federal, de repercussão geral, decidiu, com base no leading case do Recurso Extraordinário RE 663.696 que, à luz dos artigos 37, XI (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), e 132, da





**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
**SUBSEÇÃO DE URUGUAIANA**

---

Constituição Federal, que o teto remuneratório dos procuradores municipais é o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, ou seja, que estão submetidos ao teto de noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

- c) Na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6053 foi decidido que é constitucional o pagamento de honorários de sucumbência para os advogados públicos;
- d) Na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6163 foi decidido que deve ser respeitado o teto remuneratório (CF, art. 37, XI) permitido que o excesso residual de um mês seja pago nos meses seguintes sempre observando a limitação remuneratória;
- e) Na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6170 foi decidido que a gestão dos honorários de sucumbência dos advogados públicos não pode ser realizada por associação.

Portanto, o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais a procuradores municipais não ofende o regime de subsídios nem os princípios da moralidade, da razoabilidade ou da isonomia e não representa usurpação da competência da União para legislar sobre direito civil ou processo civil.

A OAB Uruguaiana defende a aprovação do PLC nº 05/2022 em defesa da advocacia, do seu Estatuto Legal (Lei nº 8.906/94) e da legalidade porque, atualmente, não se discute mais que a verba honorária sucumbencial pertence ao advogado público e não mais ao Município como previa a Lei Municipal nº 4.094/2012 (que instituiu o plano de cargos, carreira e vencimentos dos procuradores do município) nos seus artigos 27, §§ 3º e 4º e 29, inciso I.



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
**SUBSEÇÃO DE URUGUAIANA**

---

A legislação atual não permite destinação diversa aos honorários sucumbenciais que não seja em favor dos advogados, únicos que detêm a titularidade para receber a verba com destinação exclusiva.

Por todas essas razões, acrescidas das doughtas manifestações dos r. Edis dessa Câmara Municipal, é que a OAB Subseção de Uruguaiana REQUER a aprovação do PLC nº 05/2022.

Com as saudações de praxe, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

**LUCIANO CAETANO BRITES**

Assinado de forma digital por LUCIANO  
CAETANO BRITES  
Dados: 2022.12.14 11:15:23 -03'00'

---

**LUCIANO CAETANO BRITES**  
Presidente da OAB Subseção de Uruguaiana

ILMO. SR.  
PAULO ROBERTO INDA KLEINUBING  
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
NESTA CIDADE

Com cópia para os Vereadores:

Adenildo de Jesus Padovan – REPUBLICANOS  
Antônio Egídio Rufino de Carvalho – PP  
Carlos Alberto Delgado de David – PP  
Celso Hernandez Duarte – PP  
Cristiano Dias Bonapace – União  
Fernando Antônio Deitos de Bermúdez – PP  
Joalcei Alves Gonçalves – PP  
José Carlos Barbosa Zaccaro – PP  
José Clemente da Silva Corrêa – PDT  
Manoela Rosa Couto – PDT  
Marcelo Cardoso Lemos – PDT  
Márcia Pedrazzi Fumagalli – PSB  
Zulma Rodrigues Ancinello – REPUBLICANOS